



Prefeitura Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
Estado de São Paulo

Ofício n° 034/2017 - CM

Ref: Processo n° 3730/2017.

Votorantim, 12 de junho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Encaminhamos a essa Egrégia Casa de Leis para apreciação de Vossa Excelência e Dignos Pares, o incluso Projeto de Lei sob n° 026/2017, que revoga o Art. 6° da Lei n° 2543, de 10 de maio de 2017, e dá outras providências.

A Lei 2543/17 instituiu e ampliou benefícios aos servidores públicos municipais, em função de negociações entabuladas com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Votorantim, com o intuito de valorização do servidor.

Para isso alguns artigos do Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais foram alterados e uma dessas alterações tem causado prejuízos a Administração e ao bom andamento dos serviços prestados.

O Art. 6° da Lei 2435/17 altera o Art. 117 da Lei 1090/03, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Votorantim, que trata do direito dos servidores públicos municipais a 06 faltas abonadas por ano.

O texto original do Estatuto no Art. 117 nos § 2.° e 4° diz:

§ 2.° A falta abonada independe de justificativa à Administração.

*§ 4.° A comunicação do abono deverá ser feita, pelo funcionário, com no mínimo 5 (cinco) dias úteis de antecedência à falta, em formulário próprio, ao seu chefe imediato, **que opinará pelo deferimento ou não do pedido, encaminhando-o ao respectivo secretário para decisão final.***

A alteração feita através do Art. 6° da Lei 2435/17 diz: **§ 2° "A falta abonada independe de justificativa à Administração, *que não poderá obstar o gozo do benefício pelo servidor.*"**

O poder da discricionariedade é dado à Administração Pública para que esta possa agir livremente, com base nos limites da lei e em defesa da ordem pública, garantindo a autoridade do público sobre o particular, para que não haja prejuízos ao bom andamento dos serviços prestados pelos servidores é de suma importância que a chefia tenha autonomia no deferimento, ou não, nas datas das faltas abonadas de acordo com a conveniência, a razoabilidade e o interesse público.



Prefeitura Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”
Estado de São Paulo

Citamos como exemplo a Secretaria de Educação, se porventura 3 ou 4 funcionários da mesma escola abonarem na mesma data, causará prejuízos aos serviços prestados a comunidade, assim como em Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Pronto Atendimento e em todas as outras secretarias.

Todos os benefícios dados aos servidores através da Lei 2543/17 serão mantidos, como por exemplo, o pagamento das faltas abonadas não gozadas, a folga no dia do aniversário, alterações nas regras da licença prêmio, alterações nas regras do estatuto do magistério, alteração no desconto do vale-transporte, entre outros citados na lei, a alteração nem mesmo constava na pauta de reivindicações do sindicato.

A medida visa apenas a garantia dos direitos do servidor aliado a garantia da organização e da qualidade dos serviços prestados pela Prefeitura de Votorantim, razão pela qual solicitamos a costumeira atenção dessa colenda Casa de leis, na discussão, votação e aprovação do presente nos termos do artigo 55 da Lei Orgânica do Município.

Respeitosamente,

FERNANDO DE OLIVEIRA SOUZA
PREFEITO MUNICIPAL

Ao Senhor

BRUNO MARTINS DE ALMEIDA

DD. Presidente da Câmara Municipal de
Votorantim-SP.

FLC/laa